



Concurso Público

REF. EDITAL Nº 04

NÍVEL MÉDIO - TARDE

Cargo

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

ATENÇÃO

O Caderno de questões possui 50 (cinquenta) questões objetivas, numeradas sequencialmente, de acordo com o exposto no quadro a seguir:

INSTRUÇÕES

1. Na sua Folha de Respostas, confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação da prova é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica **transparente** de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser realizado da seguinte maneira: ■
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação. A retirada da sala de prova dos 3 (três) últimos candidatos só ocorrerá conjuntamente.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que aguarde em sala o término da aplicação.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br - no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas, incorrerá na eliminação do candidato.

MATÉRIA

QUESTÕES

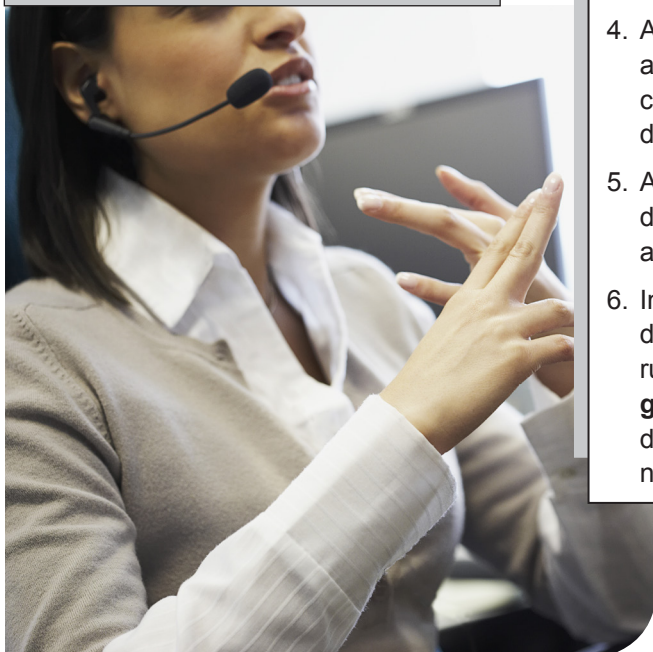
Língua Portuguesa 01 a 10

Raciocínio Lógico e Matemático 11 a 15

Legislação Aplicada à EBSERH 16 a 20

Legislação Aplicada ao SUS 21 a 25

Conhecimentos Específicos 26 a 50



-----(destaque aqui)-----

FOLHA PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS DO CANDIDATO

Questão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Resp.																										

Questão	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
Resp.																										

O gabarito oficial preliminar e o caderno de questões da prova objetiva estarão disponíveis no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br no dia seguinte à aplicação da prova.

Por que algumas pessoas poderosas agem como tiranos?

Ana Carolina Prado

Nos anos 70, o psicólogo Philip Zimbardo queria entender por que as prisões são tão violentas. Então, ele decidiu criar uma prisão artificial no porão da Universidade de Stanford. Os voluntários do experimento foram divididos entre prisioneiros e guardas e deveriam cumprir esses papéis por duas semanas. Porém as condições ali ficaram tão tensas que foi necessário acabar com tudo em apenas seis dias. Logo no começo, as pessoas que assumiram o papel de guarda se tornaram extremamente sádicas e autoritárias, impondo castigos como privação de sono e comida. Os “prisioneiros” responderam fazendo rebeliões. Esse é um ótimo (e macabro) exemplo de como o poder pode corromper as pessoas. E nós sabemos que, na vida real, muita gente poderosa faz coisa parecida – ou pior.

Os pesquisadores das Universidades de Stanford, do Sul da Califórnia e de Northwestern fizeram um estudo, a ser publicado no *Journal of Experimental Social Psychology*, para entender melhor por que esse tipo de coisa acontece. E descobriram que o problema está na combinação de poder e baixo status.

No experimento, os autores simularam atividades de uma empresa e dividiram os voluntários aleatoriamente em papéis de chefes e subordinados, variando em status e poder. Em seguida, esses indivíduos puderam selecionar tarefas em uma lista de 10 para os outros executarem. O resultado mostrou que as pessoas com papéis de maior poder e menor status escolheram atividades mais humilhante para os seus parceiros (por exemplo, latir como um cão três vezes) do que os de qualquer outra combinação.

Os pesquisadores chegaram à conclusão de que, quando as pessoas recebem um papel que lhes dá poder, mas não têm o respeito que normalmente o acompanha, podem acabar se empenhando em comportamentos degradantes. Elas se sentem mal em estar numa posição de baixo status e acabam usando sua autoridade humilhando outros para se sentir melhor. É tipo o que acontece com aquele chefe tirano que ninguém respeita e todo mundo odeia.

Isso pode ter contribuído para os abusos cometidos por militares em prisões, bem como no experimento de Zimbardo nos anos 70. Em ambos os casos, os guardas têm o poder, mas falta-lhes o respeito e admiração dos outros. “Nossas descobertas indicam que a experiência de ter poder sem status, seja como membro das forças armadas ou como um estudante universitário que participa de um experimento, pode ser um catalisador para comportamentos degradantes que podem destruir relacionamentos e impedir a cooperação”, diz o estudo.

Os pesquisadores de Stanford e Northwestern reconheceram, porém, que há outros fatores envolvidos. Só porque uma pessoa tem o poder ou está em uma posição de baixo status não significa necessariamente que ela irá maltratar os outros. Assim, essa história de que o poder corrompe nem sempre é verdade. Mas uma alternativa encontrada por eles para evitar abusos é encontrar formas para que todos os indivíduos, independentemente do status de seus papéis, se sintam respeitados e valorizados. “O respeito alivia sentimentos negativos sobre sua posição e os leva a tratar os outros de forma positiva”, diz o estudo. Também é importante haver oportunidades para o crescimento, pois a pessoa tende a melhorar seu comportamento e seus sentimentos quando sabe que pode ganhar uma posição melhor no futuro.

Adaptado de <http://super.abril.com.br/blogs/como-pessoas-funcionam/category/sem-categoria/page/17/>

QUESTÃO 01

Em “... deveriam cumprir esses papéis por duas semanas.”, a expressão destacada refere-se a

- (A) prisões violentas.
- (B) voluntários do experimento.
- (C) prisioneiros e guardas.
- (D) condições tensas.
- (E) tiranos.

QUESTÃO 02

Em “Porém as condições ali ficaram tão tensas que foi necessário acabar com tudo em apenas seis dias.”, o termo destacado expressa

- (A) afirmação.
- (B) lugar.
- (C) intensidade.
- (D) tempo.
- (E) negação.

QUESTÃO 03

Em relação ao texto, é correto afirmar que

- (A) o experimento realizado pelo psicólogo Zimbardo, em 1970, serviu como exemplo de como o poder pode corromper as pessoas.
- (B) o experimento realizado pelo psicólogo Philip Zimbardo, em 1970, obteve tanto sucesso que perdurou durante seis meses.
- (C) no experimento em Stanford e Northwestern comprovou-se que quanto mais status e mais poder a pessoa tem, mais ela se empenha em humilhar os outros.
- (D) no experimento de Zimbardo os participantes se dividiram nos papéis de chefes e subordinados e no experimento de Standford e Northwestern os papéis eram de guardas e prisioneiros.
- (E) os pesquisadores de Standford e Northwestern reconheceram que a combinação de baixo status e poder é o único fator que contribui para que as pessoas tenham comportamentos degradantes.

QUESTÃO 04

Em “Os “prisioneiros” responderam fazendo rebeliões.”, o termo em destaque foi colocado entre aspas para destacar

- (A) a diferença entre os papéis de guarda e prisioneiro no experimento realizado por Philip Zimbardo.
- (B) a oposição vivenciada entre os prisioneiros e os guardas dentro da prisão de Stanford.
- (C) que o termo trata-se de um estrangeirismo.
- (D) a mudança de interlocutor em uma citação direta dentro do texto.
- (E) que, no experimento de Philip Zimbardo, os “prisioneiros” não eram de fato prisioneiros, mas pessoas que estavam simulando esse papel.

QUESTÃO 05

Em “Os pesquisadores chegaram à conclusão de que, quando as pessoas recebem um papel que lhes dá poder, mas não têm o respeito que normalmente o acompanha...”, o termo destacado recebeu acento diferencial para

- (A) concordar com “os pesquisadores”.
- (B) concordar com “as pessoas”.
- (C) marcar o tempo verbal no pretérito do indicativo.
- (D) atender à regra das paroxítonas.
- (E) atender à regência do nome “poder”.

QUESTÃO 06

Em “... acabam usando sua autoridade humilhando outros para se sentir melhor.”, o termo destacado expressa

- (A) proporção.
- (B) conformidade.
- (C) finalidade.
- (D) concessão.
- (E) explicação.

QUESTÃO 07

Em “Nossas descobertas indicam que a experiência de ter poder sem status [...] pode ser um catalisador para comportamentos degradantes...”, o termo destacado significa

- (A) proibidor.
- (B) desmotivador.
- (C) bloqueador.
- (D) moderador.
- (E) estimulante.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa em que o verbo destacado indica tempo passado.

- (A) “Esse é um ótimo (e macabro) exemplo...”.
- (B) “... gente poderosa faz coisa parecida...”.
- (C) “... o problema está na combinação...”.
- (D) “Então, ele decidiu criar uma prisão...”.
- (E) “Nossas descobertas indicam que a experiência...”.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa em que a palavra apresentada possui dígrafo.

- (A) “necessário”.
- (B) “criar”.
- (C) “psicólogo”.
- (D) “prisioneiros”.
- (E) “mostrou”.

QUESTÃO 10

Em “Nossas descobertas indicam...”, o termo destacado é um

- (A) pronome demonstrativo.
- (B) pronome pessoal.
- (C) pronome relativo.
- (D) pronome possessivo.
- (E) pronome indefinido.

QUESTÃO 11

Eu e meus três irmãos colhemos uma sacola de laranjas e dividimos a quantidade igualmente entre nós quatro. Infelizmente, um terço das laranjas que ficaram para mim estavam estragadas. Em relação ao total de laranjas, qual fração representa as minhas laranjas estragadas?

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{3}{4}$
- (C) $\frac{1}{7}$
- (D) $\frac{2}{7}$
- (E) $\frac{1}{12}$

QUESTÃO 12

Considere a sequência de onze números: $\{-11, -3, \dots, 61, 69\}$. Qual é o termo central da sequência?

- (A) 20
- (B) 29
- (C) 30
- (D) 39
- (E) 41

QUESTÃO 13

Considerando a proposição composta $(p \leftrightarrow r)$, é correto afirmar que

- (A) a proposição composta é falsa apenas se p for falsa.
- (B) a proposição composta é falsa apenas se r for falsa.
- (C) para que a proposição composta seja verdadeira é necessário que p e r tenham valores lógicos iguais.
- (D) para que a proposição composta seja verdadeira é necessário que p e r tenham valores lógicos diferentes.

- (E) para que a proposição composta seja falsa é necessário que ambas, p e r sejam falsas.

QUESTÃO 14

Assinale a proposição equivalente a $p \rightarrow (q \wedge p)$.

- (A) $p \rightarrow q$
- (B) $(p \rightarrow q) \wedge \sim q$
- (C) $(\sim p \wedge q) \rightarrow \sim q$
- (D) $q \rightarrow p$
- (E) $\sim(\sim p \wedge \sim q) \rightarrow (p \vee q)$

QUESTÃO 15

Ao negarmos a proposição composta “Comi carne e bebi suco”, obtemos

- (A) “não comi carne nem bebi suco”.
- (B) “não comi carne, mas bebi suco”.
- (C) “não comi carne ou não bebi suco”.
- (D) “comi carne, mas não bebi suco”.
- (E) “não comi carne ou bebi suco”.

QUESTÃO 16

A Lei que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH – é

- (A) a Lei n.º 12.550, de 15 de dezembro de 2011.
- (B) a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
- (C) a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973.
- (D) a Lei n.º 8.080, de 19 de dezembro de 1990.
- (E) o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

QUESTÃO 17

O Conselho Consultivo da EBSEH é um órgão permanente. Em regra, ele tem a finalidade de oferecer consultoria e apoio à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, além de avaliar e fazer sugestões em relação ao papel social da EBSEH. Portanto, quando se refere ao Conselho Consultivo, o regulamento dispõe que são seus membros, EXCETO

- (A) o Presidente da EBSEH.
- (B) dois representantes do Ministério da Educação.
- (C) dois representantes do Ministério da Saúde.
- (D) um reitor de uma Universidade particular.
- (E) um reitor ou um superintendente de Hospital Universitário Federal.

QUESTÃO 18

A atividade de auditoria interna da EBSEH é uma atividade independente, de avaliação e assessoramento aos gestores da entidade. Assim, com relação a essa atividade, assinale a alternativa correta.

- (A) O órgão de Auditoria Interna não se vincula diretamente ao Conselho de Administração, com o suporte administrativo da Presidência da EBSEH.
- (B) Os servidores e empregados da EBSEH não terão nenhuma obrigação de prestar apoio necessário nas Ações de Controle da Auditoria Interna.
- (C) É vedada a atuação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão.
- (D) A auditoria interna não possui autorização para

ter acesso a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas da EBSEH.

- (E) A auditoria interna não tem a função de prestar apoio aos Conselhos de Administração e Fiscal, dentro do limite de suas competências.

QUESTÃO 19

A EBSEH poderá ter uma Comissão Ética com a finalidade de zelar pelo cumprimento de seu Código de Ética Profissional. Acerca dessa Comissão, é correto afirmar que

- (A) o Presidente da EBSEH, segundo o seu regulamento, não poderá constituir a Comissão Ética.
- (B) os mandatos dos representantes da Comissão Ética serão de dois anos no máximo.
- (C) a Comissão de Ética da EBSEH será administrativamente vinculada à Presidência, que proverá o apoio técnico e material para suas atividades, após aprovação do seu plano de trabalho.
- (D) não trata competência da Comissão Ética elaborar e aprovar seu regulamento interno.
- (E) os membros da Comissão Ética também não poderão apurar, mediante denúncia ou ofício, condutas em desacordo com as normas éticas pertinentes.

QUESTÃO 20

O Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares estabelece, como valor inicial do capital social,

- (A) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- (B) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- (C) R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).
- (D) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- (E) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

QUESTÃO 21

Conforme a Lei n.º 8.080, de 19 de Dezembro de 1990, à direção estadual do Sistema único de Saúde (SUS) compete

- (A) planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.
- (B) coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros, e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa.
- (C) participar do planejamento programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual.
- (D) participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho.
- (E) dar execução, no âmbito municipal, às políticas de insumos e equipamentos para a saúde.

QUESTÃO 22

Com base na Constituição Federal Brasileira de 05 de outubro de 1998, sobre a Saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- (B) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- (C) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
- (D) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
- (E) É permitida e incentivada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

QUESTÃO 23

Conforme a Resolução n.º453, de 10 de Maio de 2012, que trata da “Estrutura e Funcionamento dos Conselhos de Saúde”, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Cabe ao conselho de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e ao quadro de pessoal.
- (B) O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão.
- (C) O conselho de Saúde nunca decide sobre o seu orçamento.
- (D) O Plenário de Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta do material de apoio às reuniões deve ser encaminhada aos conselheiros com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- (E) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

QUESTÃO 24

Os serviços privados de assistência à saúde caracterizam-se pela atuação, por iniciativa própria, de profissionais liberais, legalmente habilitados, e de pessoas jurídicas de direito privado na promoção, proteção e recuperação da saúde. Sobre os serviços privados de assistência à saúde, é correto afirmar que

- (A) a assistência à saúde é proibida à iniciativa privada.
- (B) na prestação de serviços privados de assistência à saúde serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às condições para seu funcionamento.
- (C) não é permitida a participação de capital estrangeiro na assistência à saúde.
- (D) em qualquer caso é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (E) são proibidas as doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.

QUESTÃO 25

No âmbito dos municípios, o Sistema Único de Saúde (SUS) é dirigido

- (A) pelo Ministério da Saúde.
- (B) pela Secretaria Federal de Saúde.
- (C) pela Secretaria Municipal de Saúde.
- (D) pela Secretaria Estadual de Saúde ou órgão equivalente.
- (E) pelos Hospitais Particulares com convênio com o SUS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Para cada lançamento a débito de um fato contábil, deve haver um crédito no mesmo valor. Essa definição trata-se do método

- (A) das partidas dobradas.
- (B) de contabilização.
- (C) da contabilidade.
- (D) do registro contábil.
- (E) do custo histórico como base de valor.

QUESTÃO 27

Um lançamento contábil é composto por alguns elementos fundamentais. Assinale a alternativa que apresenta esses elementos.

- (A) Justificativa, data do lançamento, conta a débito, conta a crédito e histórico do lançamento.
- (B) Justificativa, data do lançamento, conta a débito, conta a crédito e valor.
- (C) Data do lançamento, conta a débito, conta a crédito, valor e histórico do lançamento.
- (D) Justificativa, conta a débito, conta a crédito, valor e histórico do lançamento.
- (E) Nome da empresa, conta a débito, conta a crédito, valor e histórico do lançamento.

QUESTÃO 28

A contabilidade é um instrumento de gestão que fornece informações úteis, através de seus relatórios, para a tomada de decisões na empresa. Assinale a alternativa que exemplifique corretamente alguns desses relatórios.

- (A) Balanço patrimonial e livro ponto de funcionários.
- (B) Demonstração do resultado do exercício e fluxo de caixa.
- (C) Demonstração do resultado abrangente e livro de registro de funcionários.

- (D) Fluxo de caixa e controle de requisições no almoxarifado.
- (E) Demonstração do valor adicionado e livro ponto de funcionários.

QUESTÃO 29

Por meio da Resolução CFC n.º 1.054/05, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC T 11.17 - Carta de Responsabilidade da Administração. Sobre a Resolução CFC n.º 1.054/05, assinale a alternativa correta.

- (A) A carta de responsabilidade da administração é dispensada quando os auditores conhecem a empresa.
- (B) O auditor não precisa, ou não se faz necessário, obter evidências em que a administração reconhece a sua responsabilidade pela preparação, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.
- (C) A carta de responsabilidade da administração fica dispensada quando a empresa garantir verbalmente para os auditores a sua responsabilidade sobre as demonstrações contábeis.
- (D) O auditor deve obter declarações formais da Administração de que ela reconhece sua responsabilidade na elaboração e na implementação de controles para prevenir e detectar fraudes e que não tem conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude que pudesse ter efeito relevante nas Demonstrações Contábeis.
- (E) O auditor deve prosseguir os trabalhos normalmente caso a carta de responsabilidade da administração for negada, inclusive não alterando o seu parecer técnico.

QUESTÃO 30

De acordo com a Resolução de n.º 1.025/05, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC T 19.1 - Imobilizado, que estabelece critérios e procedimentos para registro contábil de ativo imobilizado tangível. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Esta norma se aplica também aos ativos imobilizados intangíveis.
- (B) Valor justo é o montante pelo qual o ativo está registrado na contabilidade, valor líquido da respectiva depreciação acumulada.
- (C) Valor recuperável é o valor pelo qual um ativo poderia ser negociado entre partes independentes e interessadas.
- (D) Valor justo é o maior entre o valor líquido de venda de um ativo e o seu valor em uso.

- (E) Valor residual é o montante líquido que a entidade espera obter, com razoável segurança, por um ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os custos esperados para sua venda.

QUESTÃO 31

Sobre a Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão pública, de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados.
- (B) organiza as eleições presidenciais, cuidando especificamente dos orçamentos e doações às campanhas.
- (C) organiza os planos de governos estaduais e municipais, uma vez que o plano de governo federal não cabe à administração pública.
- (D) não se aplica ao governo federal, uma vez que a administração pública apenas tangencia as prefeituras e a câmara dos vereadores.
- (E) tem por objetivo elaborar e fazer cumprir as legislações, não se atendo ao bem comum da sociedade.

QUESTÃO 32

Sobre a contabilidade aplicada ao setor público, é correto afirmar que

- (A) o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público.
- (B) o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público.
- (C) o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público não se envolve no apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.
- (D) o campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público não abrange todas as entidades do setor público.
- (E) a contabilidade aplicada ao setor público não se difere da contabilidade aplicada ao setor privado.

QUESTÃO 33

De acordo com os princípios de contabilidade aplicáveis ao setor público, assinale a alternativa que melhor explica o princípio da prudência.

- (A) No âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja,

a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.

- (B) É base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.
- (C) Os valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes menores para ativos entre alternativas igualmente válidas e valores maiores para passivos.
- (D) A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade.
- (E) Nos registros dos atos e fatos contábeis, será considerado o valor original dos componentes patrimoniais.

QUESTÃO 34

A Resolução CFC n.º 1.132/08, publicada no Diário Oficial da União em 25/11/2008, aprovou a NBC T 16.5, que dispõe sobre o registro contábil nas entidades do setor público. Dessa forma, assinale a alternativa correta.

- (A) É característica do registro da informação contábil no setor público apresentar os demonstrativos ao presidente da república todo início de mês.
- (B) Fica dispensada a comprovação dos registros da informação contábil através de documentos fiscais por se tratar de órgãos públicos que não têm a hierarquia de proprietários e funcionários.
- (C) É característica do registro da informação contábil no setor público enviar os relatórios impressos a todos os cidadãos moradores do Distrito Federal, por estarem na capital do país.
- (D) São características do registro da informação contábil no setor público, entre outras, a comparabilidade, a compreensibilidade, a confiabilidade e a tempestividade.
- (E) Não existem características definidas para o registro da informação no setor público, ao contrário do setor privado.

QUESTÃO 35

Sobre as Receitas Públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) As receitas públicas se dão, exclusivamente, pelos tributos e impostos.
- (B) As receitas públicas se dão, exclusivamente, pelos recebimentos do principal e dos juros da dívida pública.
- (C) As receitas públicas são classificadas em receitas federais, estaduais e municipais.
- (D) As receitas públicas se dão, exclusivamente, pelas receitas transferidas.
- (E) São dívidas em receitas orçamentárias e extraorçamentárias.

QUESTÃO 36

Tendo em vista o conceito e os objetivos das receitas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) As receitas orçamentárias podem ser definidas como aquelas em que as transações não dependem de autorização orçamentária.
- (B) As receitas públicas podem ser classificadas em duas categorias econômicas: as receitas correntes e as receitas de capital. Como exemplo de receitas correntes, temos as receitas tributárias.
- (C) As receitas extraorçamentárias têm a finalidade de viabilizar as políticas públicas e suprir as necessidades sociais.
- (D) As receitas patrimoniais são aquelas resultantes de operações de crédito ou recebimento de dívidas.
- (E) Para as receitas públicas não se aplicam qualquer divisão, visto que os órgãos do governos são apenas o federal, estadual e municipal.

QUESTÃO 37

Com base nos conceitos e definições que direcionam as despesas públicas, é correto afirmar que

- (A) as despesas orçamentárias são aquelas que não constam na Lei orçamentária anual.
- (B) as despesas extraorçamentárias são os gastos públicos autorizados por intermédio do orçamento, destinados a satisfazer as necessidades sociais.
- (C) as despesas de capital podem, ainda, ser divididas em despesas de custeio e transferências correntes.
- (D) para a entidade pública a despesa é o gasto que o poder público tem para manter em funcionamento a máquina pública.

- (E) Não existem classificações para as despesas públicas, por se tratarem sempre de saída de recursos dos cofres públicos.

QUESTÃO 38

Sobre a classificação das despesas no setor público, é correto afirmar que

- (A) de acordo com a Lei n.º 4.320/64 as despesas no setor público estão classificadas em orçamentárias e extraorçamentárias.
- (B) são exemplos de alguns eventos de despesas orçamentárias: restituição de depósitos e restituição de consignação ou retenção.
- (C) são exemplos de despesas de capital: despesas de custeio e transferências correntes.
- (D) são exemplos de despesas correntes: investimentos, inversões financeiras e transferência de capital.
- (E) são exemplos de alguns eventos de despesas orçamentárias: resgate de empréstimo por antecipação de receita orçamentária e pagamento dos restos a pagar.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei n.º 4.320/64, a execução da despesa orçamentária se dá em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Considerando as informações apresentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) O empenho é considerado o último estágio da execução das despesas orçamentárias públicas, conforme determina a referida Lei: que não haverá nenhuma despesa pública sem o devido empenho.
- (B) A liquidação é classificada seguindo a natureza e finalidade da despesa em: ordinária, global e estimativa.
- (C) A liquidação é considerada o segundo estágio da execução das despesas orçamentárias públicas e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios.
- (D) O pagamento é considerado o primeiro estágio da execução das despesas orçamentárias públicas.
- (E) O empenho é considerado o último estágio da execução das despesas orçamentárias públicas, tratando-se da entrega dos recursos equivalentes à dívida líquida do credor, mediante emissão de documentos comprobatórios que autorizem o pagamento.

QUESTÃO 40

Sobre os estágios da despesa pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Conforme a Lei n.º 4.320/64, o empenho não poderá superar a despesa realizada. Entende-se que não pode haver despesas sem previamente ter ocorrido empenho.
- (B) O empenho é classificado, seguindo a natureza e a finalidade de cada classificação de despesa, em ordinário, global e estimativo.
- (C) A liquidação é considerada uma das etapas da execução orçamentária, sendo a verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (D) O pagamento é considerado a última fase da execução orçamentária e será efetuado por tesouraria regularmente instituída, por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.
- (E) Havendo o empenho, a liquidação fica dispensada. Verificar e confirmar em três etapas a execução das despesas públicas atrasa o processo e insere mais um procedimento nos meios burocráticos.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação institucional, também conhecida como departamental ou organizacional, tem por objetivo demonstrar de um modo geral quanto a máquina pública está autorizada a gastar, com base no orçamento e sem se preocupar com cada órgão ou unidade orçamentária.
- (B) A classificação funcional trata-se de aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos estados e municípios, permitindo a consolidação nacional dos gastos do setor público.
- (C) A classificação funcional tem por objetivo demonstrar quanto cada órgão ou unidade orçamentária pode gastar, com base no orçamento.
- (D) Os estados e municípios não poderão estabelecer em atos próprios suas estruturas de programas, visto que devem se reportar à União, a qual irá determinar a estrutura programática padrão para todos os órgãos e/ou unidades orçamentárias.
- (E) A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação institucional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área de atuação governamental.

QUESTÃO 42

No que diz respeito à escrituração contábil no setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) Contas de resultado são contas que representam os elementos do patrimônio, são contas cujos saldos são acumulados de ano a ano.
- (B) Contas patrimoniais são contas que são originadas das variações patrimoniais, os saldos das contas são zerados no final do exercício, e participam da apuração do resultado da entidade.
- (C) Conta é a expressão qualitativa e quantitativa de fatos de mesma natureza, evidenciando a composição, variação e estudo do patrimônio, bem como direitos e obrigações que possam vir a afetá-lo.
- (D) O sistema contábil está estruturado apenas no subsistema de informação patrimonial, que registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- (E) Os subsistemas não devem ser integrados entre si, pois a administração pública não usa as informações por eles fornecidas.

QUESTÃO 43

Para contabilizar o reconhecimento das despesas com pessoal, ou seja, o cálculo da folha de pagamento dos servidores públicos, deve-se

- (A) debitar vencimentos e vantagens fixas (despesa) e creditar pessoal a pagar (aumento do passivo).
- (B) debitar pessoal a pagar (aumento do passivo) e creditar vencimentos e vantagens fixas (despesa).
- (C) debitar pessoal a pagar (diminuição do passivo) e creditar caixa (ativo).
- (D) debitar pessoal a pagar (diminuição do passivo) e creditar banco (ativo).
- (E) debitar banco (ativo) e creditar vencimentos e vantagens fixas (despesa).

QUESTÃO 44

Com base na Resolução CFC n.º 1.132/08, que aprovou a NBC T 16.5 – Registro Contábil, e na Resolução CFC n.º 1.437/13, é correto afirmar que

- (A) a entidade do setor público fica dispensada de manter procedimentos uniformes de registros contábeis, quer seja por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico.
- (B) é característica do registro da informação contábil no setor público apenas a observância à comparabilidade e compreensibilidade.
- (C) é característica do registro da informação contábil no setor público apenas a observância à confiabilidade e fidedignidade.
- (D) as entidades do setor público devem desenvolver procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sistemas eletrônicos.
- (E) retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro atualizado com erro na escrituração contábil da entidade, e pode ser feito apenas por meio de estorno.

QUESTÃO 45

De acordo com o Decreto-Lei n.º 200, de 25 de Fevereiro de 1967, é INCORRETO afirmar que

- (A) em cada ano será elaborado um orçamento-programa, que irá detalhar a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte.
- (B) na elaboração do orçamento-programa serão considerados os recursos consignados no orçamento da União.
- (C) são características do orçamento-programa, entre outras: relacionar os gastos e produtos, definir metas especificando os objetivos e finalidades e evidenciar os resultados.
- (D) toda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa, e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso.
- (E) as diversas atividades não precisam preocupar-se em enquadrar no orçamento-programa, pois, uma vez que haja a necessidade, o governo federal tem o poder de aumentar a arrecadação através dos impostos e suprir o orçamento-programa.

QUESTÃO 46

O projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA – é enviado anualmente pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Destaca-

se que é com base nas autorizações da LOA que as despesas dos exercícios são executadas. Considerando as informações, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (B) A lei orçamentária anual não compreende o orçamento fiscal da União.
- (C) A lei orçamentária anual não compreende o orçamento da seguridade social.
- (D) A lei orçamentária anual compreenderá apenas o orçamento fiscal da União.
- (E) A lei orçamentária anual compreenderá apenas o orçamento da seguridade social.

QUESTÃO 47

Sobre as demonstrações contábeis no setor público, é correto afirmar que

- (A) as demonstrações contábeis são, exclusivamente, Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.
- (B) as demonstrações contábeis são, entre outras, Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais e devem ser acompanhados por anexos outros demonstrativos exigidos por lei e pelas notas explicativas.
- (C) a divulgação das demonstrações contábeis é restrita aos servidores públicos e contadores, visto que a sociedade em geral não entende os termos técnicos, o que inviabiliza investimentos e gastos para divulgações.
- (D) as notas explicativas no setor público estão caindo em desuso, pois é redundante explicar as informações que já constam nas demonstrações contábeis.
- (E) a demonstração do resultado econômico no setor público deve ser disponibilizada, exclusivamente, no método direto, evidenciando as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes.

QUESTÃO 48

A Resolução CFC n.º 1.268/09 alterou, incluiu e excluiu itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas, aplicadas ao setor público. De acordo com a Resolução, é correto afirmar que

- (A) o Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento

- inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
- (B) o Balanço Orçamentário evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
 - (C) a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.
 - (D) o Balanço Patrimonial evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
 - (E) o Balanço Patrimonial evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum serviço prestado por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica está sujeito a retenção de impostos federais.
- (B) Os únicos impostos retidos em serviços prestados por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica são os impostos municipais.
- (C) Não se aplica retenção de impostos no Brasil, pois essa é uma prática internacional e está prevista para aplicação no Brasil a partir de 2020, de acordo com a legislação vigente.
- (D) Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão de obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais constantes do art. 647 do RIR/99, estão sujeitos à retenção na fonte de COFINS, CSLL e PIS/PASEP.
- (E) Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a pessoas jurídicas, sem exceção, estão sujeitos a retenções de impostos federais.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Instrução Normativa RFB n.º 971/09 estabelece que a empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro/1999, deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida.
- (B) Para fins de retenção, a empresa contratada deverá emitir nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços específica para os serviços prestados em condições especiais pelos segurados ou discriminar o valor desses na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços.
- (C) Cessão de mão de obra é a colocação, à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com sua atividade fim, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário.
- (D) Atividades de construção civil, que envolvam a construção, a demolição, a reforma ou o acréscimo de edificações ou de qualquer benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo ou obras complementares, estão sujeitas à retenção.
- (E) Atividades de construção civil, que envolvam a construção, a demolição, a reforma ou o acréscimo de edificações ou de qualquer benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo ou obras complementares, não estão sujeitas à retenção.